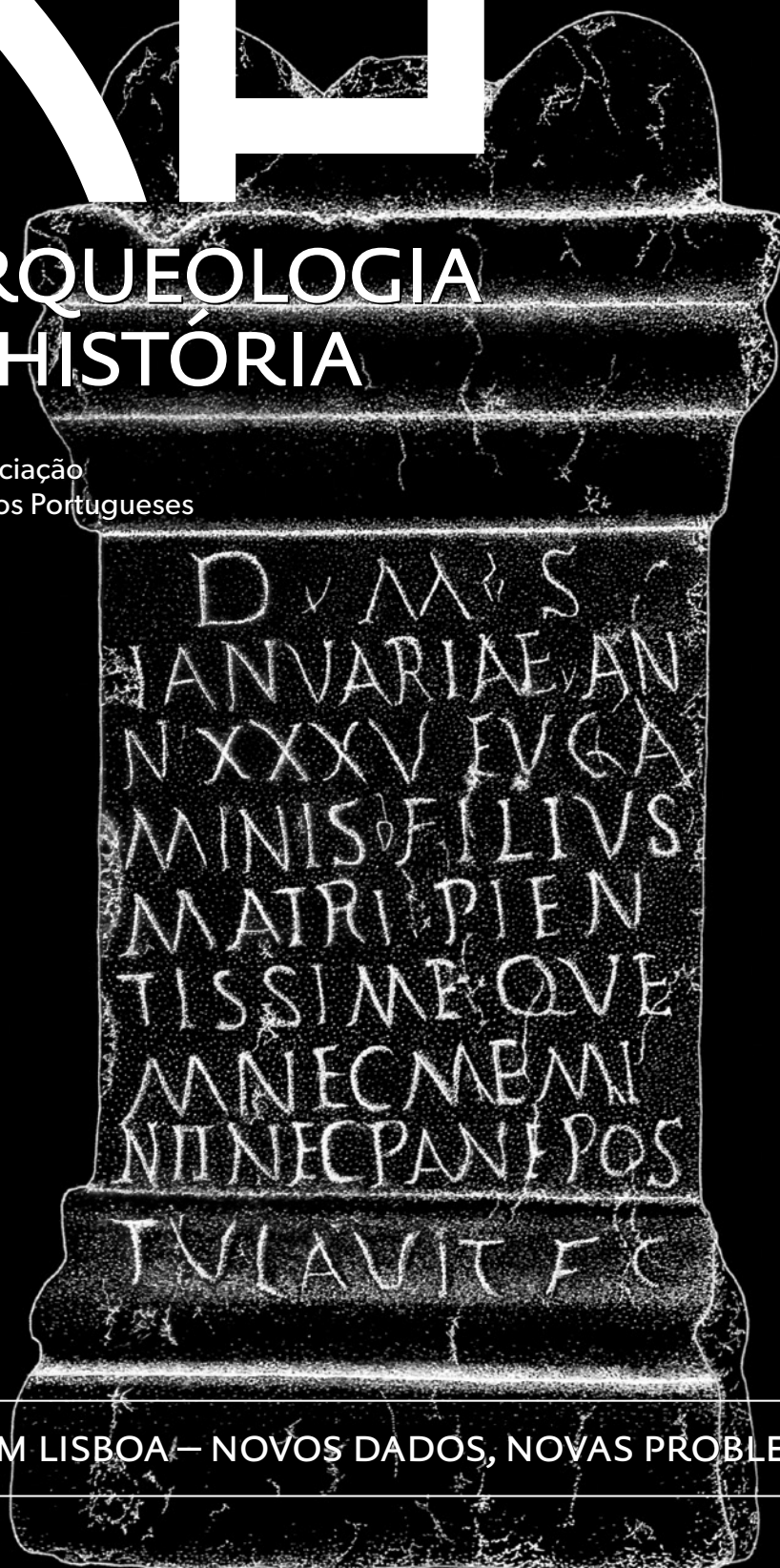


ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses

Volumes 71-72



A MORTE EM LISBOA— NOVOS DADOS, NOVAS PROBLEMÁTICAS

Título

Arqueologia & História

13ª Série

Volume

71-72

Ano de Edição

2022

Anos Associativos AAP

2019-2020

Edição

Associação dos Arqueólogos Portugueses

Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa

Tel. 213 460 473 / Fax. 213 244 252

secretaria@arqueologos.pt

www.arqueologos.pt

Direcção

José Morais Arnaud

Coordenação

José Morais Arnaud e Andrea Martins

Design gráfico

Flatland Design

Fotografia da capa

Ara funerária romana de Entrecampos (desenho César Neves)

Impressão

Europress, Indústria Gráfica

Tiragem

300 exemplares

Depósito legal

73 446/93

ISSN

0871-2735

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

ÍNDICE

5 Editorial

José Morais Arnaud

A MORTE EM LISBOA – NOVOS DADOS, NOVAS PROBLEMÁTICAS

9 A Morte em Lisboa – Novos dados, novas problemáticas

Mário Varela Gomes, Tânia Manuel Casimiro, Carlos Boavida

13 Morrer em Lisboa. Contextos e contributos arqueológicos

Margarida Ataíde

25 ‘*et sepultus est*’ – A multiplicidade da morte na Necrópole Noroeste de Olisipo

Sílvia Casimiro, Rodrigo Banha da Silva, Francisca Alves Cardoso

35 Biografias na Morte: visitar o Hospital Real de Todos-os-Santos, no séc. XVIII, através das evidências bioarqueológicas

Francisca Alves Cardoso, Sílvia Casimiro, Jennifer Loughton, Rodrigo Banha da Silva, Sandra Assis, Nicholas Marquéz-Grant

45 Os enterramentos do claustro do Convento do Santíssimo Rei Salvador (Santa Maria Maior)

Nathalie Antunes-Ferreira, Nuno Mota

57 Vida e morte das freiras do Convento de Santana

Nathalie Antunes-Ferreira

73 Espólios funerários do Convento de Santana em Lisboa (campanha de 2002-2003)

Mário Varela Gomes, Rosa Varela Gomes, Carlos Boavida, Joana Gonçalves

91 As necrópoles da Igreja e Convento do Carmo: intervenção arqueológica (2013/2015)

António Marques, Raquel Santos

105 Enterramentos no Largo do Coreto em Carnide: vestígios do cemitério da Ermida do Espírito Santo

Susana Garcia, Ana Caessa, Nuno Mota

119 Debaixo do vão de escada: o inusitado conjunto osteológico humano do extinto Tribunal da Boa Hora, Lisboa

Marina Lourenço, Inês Simão, Lucy Shaw Evangelista, Catarina Furtado

ARTIGOS

133 Novedades de arte rupestre premagdalenense en el centro de la región cantábrica (España)

Ramón Montes Barquín, Roberto Ontañón Peredo

145 A exploração e consumo de laticínios na pré-história europeia: uma abordagem a partir das “queijeiras” do Ocidente Peninsular

Lucas Barrozo

159 O povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja). Notas sobre a campanha de escavação de 2019

César Neves, José Morais Arnaud, Mariana Diniz, Andrea Martins

185 Um novo epitáfio de *Olisipo*: a ara funerária romana de Entrecampos (Lisboa)

José Morais Arnaud, José d’Encarnação, César Neves

ARTIGOS. DO CARMO A SÃO VICENTE – PARTE II

193 Colóquio de homenagem a Fernando E. Rodrigues Ferreira (1943-2014)

Mário Varela Gomes, Tânia Manuel Casimiro, Carlos Boavida

- 195 Do Vicente ao Vencimento, um mosteiro e um convento. Dois contributos para a divulgação de dados histórico-arqueológicos
Carlos Boavida
- 207 Marfins afro-portugueses de São Vicente de Fora (séculos XV-XVI)
Mário Varela Gomes
- 219 Castidade ou penitência? O “cinto” em ferro do Mosteiro de São Vicente de Fora
Tânia Manuel Casimiro, António Augusto Branco
- 225 D. João VI – um caso de envenenamento revisitado
Sandra Coelho
- 235 S. Vicente de Fora – meio século de actividade arqueológica
Nuno F. Poínhas Pires

RELATÓRIOS

- 251 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório de Actividades da Direcção – 2019
José Morais Arnaud
- 257 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório de Actividades da Direcção – 2020
José Morais Arnaud
- 261 Secção de Pré-História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2019
Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 265 Secção de Pré-História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2020
Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 269 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2019. Plano de Actividades para o Ano 2020
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 273 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2020. Plano de Actividades para o Ano 2021
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 275 Comissão de Estudos Olisiponenses – AAP. Relatório de Actividades do Ano 2019
Tânia Manuel Casimiro, Guilherme Cardoso, Carlos Boavida
- 287 Comissão de Estudos Olisiponenses – AAP. Relatório de Actividades do Ano 2020
Tânia Manuel Casimiro, Guilherme Cardoso, Carlos Boavida
- 291 Comissão de Arqueologia Profissional da AAP. Relatório de Actividades do ano 2019
Jacinta Bugalhão, Miguel Lago, Rodrigo Banha da Silva
- 293 Comissão de Arqueologia Profissional da AAP. Relatório de Actividades do ano 2020
Jacinta Bugalhão, Miguel Lago, Rodrigo Banha da Silva
- 295 Comissão de Heráldica – AAP. Relatório de Actividades do Ano 2019
Pedro Sameiro, Lina Oliveira, João Portugal, Segismundo Pinto, Manuel Artur Norton
- 297 Comissão de Heráldica – AAP. Relatório de Actividades do Ano 2020
Pedro Sameiro, Lina Oliveira, João Portugal, Segismundo Pinto, Manuel Artur Norton
- 299 Vila Nova de São Pedro – de novo no 3º milénio (VN3000). Relatório de Actividades do Ano 2019
Andrea Martins, Mariana Diniz, José Morais Arnaud, César Neves
- 307 Vila Nova de São Pedro – de novo no 3º milénio (VN3000). Relatório de Actividades do Ano 2020
Andrea Martins, Mariana Diniz, José Morais Arnaud, César Neves

D. JOÃO VI – UM CASO DE ENVENAMENTO REVISITADO

Sandra Coelho

IHC/FCSH – Universidade Nova de Lisboa /sandra.coelho77@gmail.com

Resumo

O objectivo do presente artigo é o de revisitar o importante estudo multidisciplinar realizado pelo Núcleo Arqueológico de S. Vicente de Fora, sob a coordenação do arqueólogo Rodrigues Ferreira, relativamente às causas da morte do monarca D. João VI, envoltas em dúvidas de possível envenenamento. Procurará, de igual modo, homenagear o excelso contributo deste arqueólogo para a História de Lisboa e para a importância de multidisciplinaridade no progresso do estudo do Passado, nas suas múltiplas facetas. Um estudo resultante de diversas áreas científicas é uma mais-valia para a compreensão global do homem, na sua dialéctica Espaço-Tempo, principal *leitmotiv* das disciplinas sociais.

Palavras-chave: Contexto histórico da época de D. João VI, Projecto multidisciplinar do Núcleo Arqueológico de S. Vicente de Fora, Causas da Morte de D. João VI.

Abstract

The main purpose of this article is to revisit the important multidisciplinary study undertaken by S. Vicente Fora archaeological center of studies and coordinated by the archeologist Rodrigues Ferreira about the causes of death of D. João VI which had always been shrouded in mystery. A possible poisoning was not dismissed. Besides this purpose, this article intends to highlight the important contribution of Rodrigues Ferreira to study of Lisbon and to the importance of a multidisciplinary work between all the scientific and social areas.

Keywords: Historical context of D. João VI's reign, S. Vicente de Fora archaeological group multidisciplinary project, D. João VI's Causes of death.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo surge na sequência da sessão de homenagem ao arqueólogo Dr. Rodrigues Ferreira, decorrida no dia 18 de Março de 2016, na Associação dos Arqueólogos Portugueses. Tratando-se de uma homenagem comemorativa da vida académica do arqueólogo e do contributo dos seus trabalhos de escavação para a história lisiponense, em particular, não poderei deixar de incluir neste artigo uma nota pessoal do *input* do arqueólogo no meu próprio percurso académico.

Rodrigues Ferreira foi um dos poucos arqueólogos que conheci que possuía um vastíssimo conhecimento em variadíssimas áreas científicas, fazendo lembrar os arqueólogos do século XIX, ávidos de conhecimento complementar e sôfregos pela evolução das descobertas, não isoladas no seu cântão disciplinar, mas analisadas em conjunto por todos os que se debruçam no estudo do Homem. Comunicador nato, Rodrigues Ferreira transmitia em cada palavra uma paixão avassaladora pela Arqueologia e pelo Saber em geral. Das aquelas paixões que contagiavam quem o ouvia e que despoletavam vontade de investigar os tempos passados, sempre inseridos num rigor e honestidade intelectual que sempre o caracterizou. Responsável pela coordenação do Núcleo Arqueológico de S. Vicente de Fora, por mais de meio século, formou várias gerações de alunos, saídos das faculdades, com algum conhecimento teórico e muito pouco prático.

A sua obra encontra-se, indelevelmente, associada a este núcleo arqueológico que, durante meio século, contribuiu, quer para o estudo do mosteiro e seu exterior, quer como “escola” para diferentes gerações de alunos universitários que ali consolidaram o seu saber e experiência de campo. Das principais campanhas, destacam-se as que decorreram no interior do mosteiro, entre 1961 e 1999, e no exterior, na zona da antiga cerca, até 2014. Do primitivo mosteiro foi descoberto um claustro e uma cisterna que estavam emparedados e que remontam a reconstruções do reinado de D. João III. Debaixo do chão da sacristia foi exposta parte do cemitério moçárabe que existia antes de 1147 e que servia as comunidades cristãs que estavam sob domínio árabe (Ferreira, 1983: 8-13).

Foi descoberto, de igual modo, o ossário do mosteiro, cuja memória do local se tinha perdido desde o seu encerramento após Terramoto de 1755 e, debaixo do qual, foi identificado parte do cemitério dos cavaleiros teutónicos que participaram na tomada de Lisboa aos mouros.

No exterior, foi identificado troço da muralha fernandina, bem como silos moçárabes e o restante do cemitério medieval contíguo a uma lixeira. A campanha de que o presente artigo trata, a das vísceras de D. João VI, decorreu em finais de Dezembro de 1997 e constituiu uma das mais significativas descobertas relativamente às causas da morte do monarca (Ferreira, 2008).

Rodrigues Ferreira nunca se deslumbrou com o *status quo* de cargos académicos, amava o saber pelo saber e nunca sacrificou os seus princípios e valores em prol de uma qualquer hierarquia institucional. Muitas das nossas conversas giravam em torno do isolamento a que as ciências sociais se votavam, em especial a História, a minha área científica, e a sua Arqueologia. Concordávamos na necessidade destas duas áreas trabalharem em conjunto, podendo a História fornecer um mais detalhado contexto histórico às descobertas e projectos de escavação arqueológica, inserindo as conclusões destes num mais amplo quadro estrutural histórico e de categorias mentais e vivenciais de que os objectos encontrados são espelho. Tínhamos projectos futuros para aliar estes ramos do saber. Infelizmente, não os chegámos a concretizar, mas ficam as conversas, os conselhos e a memória mais pessoal do seu imenso afecto pelo meu maior tesouro histórico, o meu Vicente, presente numa das últimas fotos tiradas ao Núcleo Arqueológico de S. Vicente de Fora.



Figura 1 – Núcleo Arqueológico de S. Vicente de Fora, a última fotografia do núcleo em 2014. Autor: Foto de Nuno Pires.

Feita a nota do objectivo mais pessoal deste artigo, voltemos aos seus propósitos académicos: por um lado, o de contextualizar o período histórico da regência e reinado de D. João VI, evidenciando aspectos que a historiografia recente tem vindo a consolidar, mas que durante muito tempo, foram negligenciados ou mesmo omitidos. Estes reportam-se à difícil conjectura de governação de D. João VI, resultado de factores

externos, como as aspirações expansionistas napoleónicas, consequente bloqueio continental e invasões peninsulares, bem como factores de ordem interna, desde o ambiente de intriga presente na corte, agravado a partir do casamento com Carlota Joaquina e instigado por esta, à chegada dos ideais revolucionários liberais materializados, em 1820, na Revolução Liberal do Porto e as subsequentes alterações na ordem monárquico-constitucional nacional.

Por outro, procurar-se-á revisitar a escavação arqueológica, realizada em Dezembro de 1997, por Rodrigues Ferreira, na Capela dos Meninos da Palhavã, no Mosteiro de S. Vicente de Fora, onde se encontrava a lajeta com as vísceras de D. João VI. Como foi já referido, esta escavação encontra-se integrada num amplo projecto multidisciplinar que incluindo cientistas de física atómica, médicos e o próprio Rodrigues Ferreira, na sua qualidade de arqueólogo, mas colocando, de igual modo, ao serviço do projecto, os seus profundos conhecimentos de grafologia.

2. CONTEXTO HISTÓRICO

D. João nasceu em Lisboa, a 13 de Maio de 1767, filho de D. Pedro III e de D. Maria I. Sendo filho segundo, a coroa destinava-se ao seu irmão D. José, o que não se traduziu, no entanto, numa educação de corte muito diferente da de seu irmão. Marquês de Pombal deu grande importância à educação do príncipe D. José, neto do rei, e herdeiro da coroa, após sua mãe, na linha de sucessão. Foi mesmo objecto de um regimento orientador. Existem indícios de que o mesmo regime orientador terá sido adoptado para o infante D. João.

Tinha 10 anos quando o seu avô, D. José, faleceu e sua mãe, D. Maria I ascendeu ao trono, em 1777. A mudança de orientação política após a morte do rei D. José I e o banimento de Pombal originou a expressão característica de “viradeira” para designar o período de 1777 a 1792. Tratou-se de um período de avaliação da política pombalina e da reacção anti-pombalina e, sobretudo, de um período em que não existiu resistência às mudanças e uma integração, na vida política nacional, das figuras mais próximas de Marques de Pombal, como o seu filho, 2º marquês de Pombal e os Cruz Sobrais. De igual modo, a tradicional formação de alianças através dos casamentos com a vizinha Espanha voltou a vigorar, ao contrário do que se passara no período pombalino. Neste sentido, são celebrados os casamentos da infanta Mariana Vitória com o filho do rei de Espanha, D. Gabriel e o casamento do infante D. João com a neta do monarca espanhol, Carlos Joaquina (filha

de Carlos III e Maria Luísa de Parma e neta de Carlos III).

Em 1785, com então 18 anos, fora então arranjado o seu casamento com a infanta espanhola D. Carlota Joaquina, na altura com apenas dez anos de idade, pelo que tiveram de aguardar até 1793 para nascer o primeiro descendente do casal. O casamento foi arquitectado, sobretudo, pelo marquês do Loureiro, rompendo com a estratégia do período anterior, nula do ponto de vista diplomático, do casamento entre elementos da família real portuguesa (como acontecera com os pais de D. João VI). A entrega das noivas ocorreu em Vila Viçosa em Maio de 1785. O casamento, dada a tenra idade de Carlota Joaquina, com 10 anos à época do casamento, só foi consumado em 1790 e em 1793 nasceu o primeiro dos 9 descendentes: Maria Teresa.

Em 1788, com apenas 27 anos, o seu irmão D. José viria a falecer, de varíola, ficando D. João como herdeiro da coroa. A regência do reino fora assegurada por sua mãe até 1799, quando lhe foi declarado estado de loucura, e só após a sua morte, em 1816, o seu filho foi finalmente coroado como D. João VI. O seu reinado prolongou-se por 10 anos e foi marcado por uma série de acontecimentos externos que em nada facilitaram a sua governação.

Um dos principais acontecimentos externos que marcaram, de forma decisiva, o rumo da história portuguesa oitocentista foi o bloqueio continental e o subsequente exílio da família real para o Brasil a 29 de Novembro de 1807. Os projectos expansionistas napoleónicos encontravam no poderio marítimo britânico um obstáculo a contornar. Desta forma, intimidaram os países marítimos, como Portugal, a bloquear os seus portos à Grã-Bretanha, procurando conquistar o mar com o poder da terra. Portugal via-se na situação delicada de conseguir manter uma neutralidade sem hostilizar a França. A sua dependência económica, face à antiquíssima aliada britânica, impossibilitava um confronto directo à França napoleónica. A situação arrastou-se e a primeira invasão francesa ao território português ocorreu, nesse mesmo ano de 1807, a 20 de Novembro, sete dias antes da ida da família real para o Brasil.

Visto, durante muito tempo, pela historiografia, como um acto de cobardia, a ida da família real portuguesa para a colónia do Brasil é, hoje, entendida como o único acto digno possível face a uma clara humilhação de ver o monarca aprisionado e a nação perder a sua independência como sucedera com a coroação de José Bonaparte, irmão de Napoleão, na vizinha Espanha.

De sublinhar, que noutras ocasiões, o Brasil havia sido já visto como uma solução e um porto de abrigo, como sucedeu aquando das guerras da Restauração

(1640-1668) em que o padre António Vieira equacionou tal hipótese a pedido da rainha D. Luísa de Gusmão com a intenção de proteger os seus filhos. (Pereira & Soares Costa, 2009: 180).

O período de exílio da família real no Brasil (1807-1820) foi marcado por importantes medidas e decisões tais como a abertura dos portos brasileiros, em 1808, ao comércio com as nações “amigas”, beneficiando largamente o comércio britânico e o consequente Tratado de Navegação e Comércio de 1810, colocando Portugal numa clara situação de desvantagem comercial face à sua ancestral aliada. A transferência da sede da monarquia portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1815, com a elevação do Brasil a Reino, foi outra das medidas que em muito beneficiou a colónia portuguesa, mas que deixava nos portugueses uma sensação de orfandade e abandono ao domínio militar britânico que viera, entretanto, em auxílio português contra as invasões francesas.

Em 1817, com as revoltas de Pernambuco, no Brasil, tendo na origem a carestia de alimentos, começam a fazer-se sentir as influências dos ideais revolucionários liberais e, em Portugal, a revolução liberal no Porto, em 1820, conduzirá a novos rumos na vida política portuguesa e no equilíbrio dos poderes políticos da monarquia absolutista. O regresso a Portugal da família real tornava-se uma necessidade, face quer aos projectos independentistas da colónia brasileira (com a concretização em 1822 por D. Pedro I do Brasil, futuro D. Pedro IV de Portugal), quer face à nova situação política nacional.

Em 1821, dá-se o regresso da família real, e um ano depois, a promulgação e juramento real da constituição vintista liberal. A rainha Carlos Joaquina recusou-se a jurar fidelidade à constituição e seria, conjuntamente com seu filho D. Miguel, instigadora dos principais movimentos contra-revolucionários entre 1823 e 1826, conhecidos como Vilafrancada e Abrilada, respectivamente.

Em traços gerais, o contexto de governação do último monarca absolutista não foi dos mais fáceis, ao nível interno, com o permanente ambiente na corte marcado pela intriga e conspiração, mas de igual modo, externamente, onde os ventos da mudança liberal sopravam em toda a Europa.

Visto como um rei fraco e indeciso, a imagem de D. João VI foi sendo construída assente no anedótico e na ofensa gratuita e desprovida de rigor histórico, como no-lo demonstra a historiografia republicana, embora no Brasil que o monarca ajudou a modernizar, esta imagem foi sempre assaz diferente. A historiogra-

fia mais recente conseguiu, de certa forma, reequilibrar um pouco este exagero e integrar o último monarca absolutista no seu tempo, conturbado e repleto de inúmeros obstáculos políticos (no qual se destacava largamente a própria rainha) inclusive no seu contexto familiar com o receio, que o atormentou durante muito tempo, em terminar a sua vida num estado de demência, como sua mãe.

Assim não sucederia, pois D. João VI viria a falecer, a 10 de Março de 1826 com então 58 anos, vitimado por uma enfermidade de causa natural que durara 6 dias. Mas terá mesmo sido a 10 de Março de 1826 e de causa natural?

3. AS EXÉQUIAS FÚNEBRES

A 10 de Março de 1826, a *Gazeta de Lisboa*, um dos periódicos oficiais, publicados pela impressão Régia¹, anuncia pesarosamente a morte de D. João VI:

Frustrão-se as nossas esperanças! Hum golpe fatal acaba de lançar em consternação o Povo Portuguez! O nosso Amado Soberano o Senhor D. João VI já não existe ... A acerba dôr que oprime o nosso coração, e que vai submergir toda a Nação em pesado luto, não nos permite desafogar nas expressões de que tão funesto acontecimento pode ser objecto (Mascarenhas, 1826: 271-272).

O artigo descreve, de igual modo, o cortejo fúnebre até ao mosteiro de S. Vicente de Fora, onde o corpo foi sepultado, no Panteão da Casa real de Bragança. No dia seguinte, como era habitual neste período, o corpo foi embalsamado no Palácio da Bemposta² (actual Academia Militar) por 3 cirurgiões. De acordo com a pragmática para as exéquias, vigente desde 1749, os reis deviam ser embalsamados. A fase do embalsamento pressupunha a abertura do cadáver para efectuar a autópsia e a retirada das vísceras. Todos os órgãos internos eram, de igual modo, retirados, ficando apenas a massa muscular, a pele e o esqueleto ósseo. As vísceras foram depositadas no mosteiro de

¹ Este periódico dará origem ao periódico *Diário de Governo* precisamente com a fusão da *Gazeta de Lisboa*.

² O Palácio da Bemposta, mais conhecido como *Paço da Rainha*, onde, em 1803, tinha a sua corte e habitava o príncipe regente D. João e ao qual voltou, já como rei D. João VI, no seu regresso do Brasil. Ali decorreram alguns dos principais movimentos contra-revolucionários como a Vila-Francada e Abrilada. Actualmente está instalada no Palácio a Academia Militar.

S. Vicente de Fora, em cerimónia privada, à qual que voltaremos mais adiante.

O cadáver real foi, de seguida, preparado para o beija-mão real que teve lugar a 13 de Março, e às 20 horas do dia 15 de Março, saiu do Palácio da Bemposta, a procissão fúnebre em direcção a S. Vicente de Fora.

Ao longo do percurso do cortejo encontramos as comunidades e colegiadas das freguesias rezando e prestando homenagem ao monarca. A tropa acompanhava de igual modo, o cortejo. O cortejo percorreu o Campo Santana, a Cruz do Taboado, o largo da Anunciada, Portas de Santo Antão, Calçada da Fundação e o campo de Santa Clara, chegando ao final largo de S. Vicente à meia-noite, onde o esperavam os cônegos regentes de Santo agostinho depositando o caixão no Panteão Real da Dinastia de Bragança.

O Panteão Real da Dinastia de Bragança situa-se, hoje, no antigo refeitório do mosteiro da Igreja de São Vicente de Fora e é composto, na sua maioria, por túmulos sob a forma de gavetões feitos em mármore e situados junto das paredes laterais da grande sala que ocupam. Destacam-se, todavia, os túmulos do rei D. João IV, porque fundou a Dinastia de Bragança, e os túmulos do rei D. Manuel II, de seu irmão, o príncipe real D. Luís Filipe de Bragança, de sua mãe, a rainha D. Amélia de Orléães, e de seu pai, o rei D. Carlos I, por se tratarem da última família reinante da dinastia.



Figura 2 – Panteão Real da Dinastia de Bragança. Autor: Nuno Pires.

4. AS VÍSCERAS – CAPELA DOS MENINOS DE PALHAVÃ

Sabemos onde foi depositado o corpo do rei, mas e quanto às suas vísceras? Como surgiu esta tradição de, a par do embalsamento, não deitar fora o interior real, nomeadamente, coração e vísceras?

De acordo com as fontes documentais, os órgãos internos dos reis eram estimados, principalmente o coração, pelo menos, desde o reinado de D. João IV, falecido em 1656, e desde o qual S. Vicente fora adoptado como carneiro Real. No entanto, em uso desde 1749, as exéquias determinam o embalsamento do monarca através da abertura do corpo para autópsia e retirada das vísceras, então designadas como intestinos. Ambos eram separadamente depositados em S. Vicente de Fora. No ano seguinte, é registada a morte do rei D. João V, e seguindo a nova conduta fúnebre, o seu corpo é depositado no Panteão Régio da Dinastia de Bragança.

No entanto, as suas vísceras são depositadas numa capela secundária, adjacente ao panteão dos patriarcas, conhecida como capela dos Meninos da Palhavã, por aqui se encontrarem sepultados os filhos legitimados (mas de origem ilegítima) do próprio D. João V.



Figura 3 – Capela dos Meninos da Palhavã. Autor: Nuno Pires.

Situada nos claustros do Mosteiro de S. Vicente de Fora, existiria uma antiga sala de fresco que daria passagem para outras duas dependências da zona conventual, através de duas portas, um em frente, e outra à direita, definitivamente fechadas durante o século XIX, com a transformação daquela sala em carneiro dos meninos de Palhavã (...) pensamos, porém que já em pleno século XVIII, com a morte de D. João V, tenham substituído o antigo pavimento de tijoleira que lá estava, pelo actual pavimento, constituído por lajes octogonais de calcário, grosseiramente afeixoadas, ligadas por pequenas pedras quadradas. (Ferreira, 2008: 27)

No chão desta capela, por debaixo do pavimento, foram depositadas as vísceras de D. João V e, desde então, seguiu-se esta prática para o rei D. José, D. Pedro III e Príncipe Augusto.



Figura 4 – Laje com epitáfio: *Cor et Viscera Imperatoris AC Regis Ioannis Sexti - 1826*. Autor: Nuno Pires.

As vísceras de D. João VI foram conduzidas, como tivemos já oportunidade de referir, numa cerimónia particular, no dia 12 de Março, à 1 hora da manhã, ao Mosteiro de S. Vicente de Fora. Foram colocadas *em huma talha da India, metida em um caixão coberto de seda preta, ao Mosteiro de S. Vicente de Fora, pelo cura da Igreja Patriarchal, em hum coche acompanhado de oito Reposteiros com tochas e hum esquadrão de cavalaria*. Esta descrição é do Frei Cláudio da Conceição, próximo da corte que acompanhou o início da doença do monarca e cujo relato e testemunho nos fornecem pistas muito interessantes sobre o que poderá ter acontecido, pelo que nos narra, mas, acima de tudo, pelo que não nos conta. Os silêncios e alteração do discurso são uma das formas indirectas mais importante de que o historiador pode socorrer-se na busca da sua interpretação da realidade histórica.

5. PROJECTO MULTIDISCIPLINAR DO NÚCLEO ARQUEOLÓGICO DE S. VICENTE DE FORA

Desde a morte do monarca e da assinatura do decreto que determinou a passagem da regência para as mãos de sua filha D. Isabel Maria, em detrimento de sua esposa, a rainha D. Carlota Joaquina, que o falecimento de D. João VI ficou envolto em dúvida e mistério, ganhando força desde logo a teoria do envenenamento. As suspeitas caíram sobre a veracidade do decreto que destinara a regência do reino. Iguais suspeitas recaíram sobre a data da morte do monarca. Apesar dos relatórios médicos registarem o início da doença a 4 de Março, ao longo dos dias seguintes alegam melhorias na saúde do rei e novo agravamento no dia 9 que provocara a morte no dia 10.

Ainda na época, concomitantemente com os acontecimentos, muitos defenderam que o rei estaria morto

desde o dia 5 de Março e que fora mantido por mais 5 dias permitindo a conspiradores forjar e manipular o destino da regência do reino.

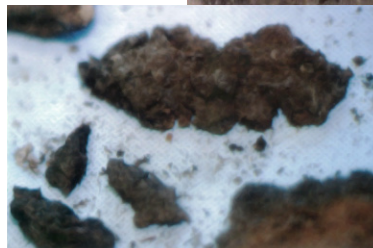
Perante todas estas incertezas, que perduraram até aos nossos dias, o Núcleo Arqueológico de S. Vicente de Fora, coordenado pelo Doutor Rodrigues Ferreira, sabendo do exacto local onde se encontravam as vísceras, propuseram-se a uma intervenção arqueológica no local com o objectivo de identificar o depósito visceral e reconhecimento da sua inviolabilidade pós deposição; recolha e conservação de vestígios viscerais; estudo médico-legal e análise biológica da amostra seguindo-se a análise toxicológica de forma a detectar indícios de substâncias tóxicas. Por fim, e ultrapassadas todas as etapas burocráticas inerentes a este tipo de intervenção, a escavação arqueológica decorreu no dias 22, 23 e 24 de Dezembro de 1997.

Após levantarem as quatro lajes que cercam a pedra do epitáfio:

COR ET VISCERA IMPERATORIS AC REGIS IOANNIS SEXTI ANNO 1826

“Coração e Vísceras do Imperador e Rei D. João VI, ano do Senhor de 1826”

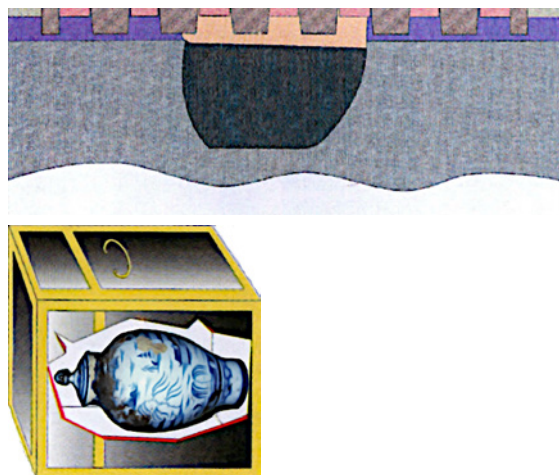
Por forma a escavar o contexto envolvente, e não directamente o objecto, foi retirada uma camada inerte, composta essencialmente por cal e areia, e após 18 cm de profundidade desta, encontraram-se vestígios do caixão de madeira que continha o depósito das vísceras. No seu interior encontrava-se um jarão oriental de cor azul claro e decoração monocromática.



Figuras 5.1 e 5.2 – Jarão Azul com vísceras de D. João VI. Autor: Nuno Pires.

No interior do jarão, encontraram-se amostras de material orgânico com diferentes tamanhos, as quais foram cuidadosamente recolhidas e enviadas para análise patológica.

É possível, graças aos indícios encontrados, reconstituir o enterramento primitivo das vísceras. O caixão de madeira foi deposto na cova aberta, mas de lado e não na vertical como seria normal. Os indícios arqueológicos demonstram que fora colocado nesta posição devido ao facto de a abertura da cova não ser profunda o suficiente para acolher o mesmo na vertical, sendo que a solução encontrada no imediato foi a deposição tombada.



Figuras 6.1 e 6.2 – Reconstituição do enterramento primitivo das vísceras de D. João VI. Autor: Nuno Pires.

O caixão é pequeno, cerca de 63 cm de altura por 50 de comprimento e 34 de largura. Ao ser deposto tombado, a tampa do jarão, entretanto selada com massa de vidraceiro, cederá devido à formação de gases e derramou parte do seu conteúdo. Contudo, foi ainda possível encontrar reservas de quantidade suficiente passível de análise.

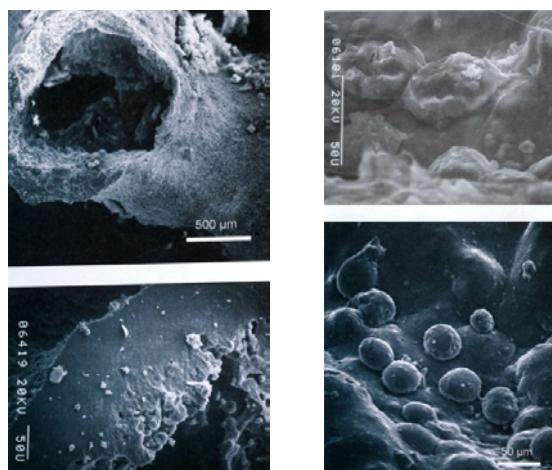
O facto de o caixão ter sido enterrado de lado e, não na vertical, poderá corroborar a hipótese de envenenamento, pela pressa em depositar e esconder indícios, ou, pelo contrário, pela intenção deliberada de derramar os próprios indícios no tempo e na inutilização que este poderia deles fazer. A precipitação e pressa de uma cerimónia real que se pretende ritualista e com os tempos correspondentes é, desde logo, um facto a estranhar, independentemente de todas as hipóteses subjacentes.

Foi feita, por fim, a análise à matéria orgânica para atestar a presença de substâncias tóxicas, ou seja, vene-

no. Neste caso, o veneno mais comum para o efeito seria o arsénico, cuja dose letal para um adulto varia entre 120 a 200 mg. Presente no marisco, no peixe, a ingestão normal de arsénico orgânico por dia num adulto, é de 0,05mg, mas quantidades elevadas conduzem a uma intoxicação aguda provocando a permeabilidade dos vasos sanguíneos e inflamação da mucosa intestinal e a concentração de arsénico encontrada nos intestinos de D. João VI, local onde por absorção não existe, intensifica a probabilidade da hipótese de envenenamento.

O método utilizado para a análise das amostras recolhidas foi o da dispersão de energia de Fluorescência de raios-X (EDXRF), o qual permite prescindir do preparo químico das amostras e possibilita uma determinação química multielementar de amostras de composição desconhecida (Carvalho *et al*, 2002: 305-309).

Para as amostras, de diferentes tamanhos, analisadas deste material orgânico, já desidratado, parte foi identificada como sendo tecido humano e apresentava um teor de 6 ppm [parte por milhão] (mg de arsénio por Kg de amostra), o que corresponde a uma equivalência de dose letal. Muito embora a amostra recolhida não tenha permitido determinar a dose letal de arsénico ministrada para ingestão, proporcionalmente, a quantidade contida revelar-se-ia suficiente para ser letal a um adulto.



Figuras 7.1 e 7.2 – Amostras de material biológico. Autor: Nuno Pires.

A principal objecção a estas conclusões foi levantada pela historiografia recente: a primeira é que a concentração, por si só, não constitui prova de intenção premeditada de envenenar, podendo decorrer da sua utilização como medicamento, designadamente para

o tratamento da sífilis (Pedreira & Costa, 2009: 415). Evidentemente que a existência de arsénico, só por si, não conduz à hipótese de envenenamento, mas as quantidades encontradas em termos proporcionais nas amostras e a presença nos intestinos, órgão que não absorve naturalmente o arsénico, leva-nos a um outro caminho. As fontes históricas podem dar o seu importante contributo, quer através do estudo dos boletins clínicos disponíveis, quer através da análise da assinatura do monarca. A ter falecido na sequência de uma intoxicação aguda de arsénico, não teria vivido até ao dia 10 de Março, pelo que a sua assinatura do decreto de 6 de Março de 1826 não poderia ser verdadeira, pois não poderia obviamente ser a sua.

Assim, e de forma paralela e complementar às análises patológicas, a equipa arqueológica procedeu ao estudo detalhado dos boletins médicos publicados na *Gazeta de Lisboa*, entre o dia 6 e 11 de Março de 1826, dado que os boletins clínicos oficiais não se encontram nos arquivos respectivos, apenas o dos monarcas antecedentes e posteriores, o que não deixa de ser no mínimo estranho.

As descrições médicas apontam para um cenário clínico compatível com envenenamento, contudo, e provando existir dose letal no corpo de D. João VI, o rei não poderia ter suportado 10 dias de vida. Após os primeiros sintomas, na manhã de dia 4 de Março após o pequeno-almoço, um corpo adulto resistiria no máximo até à manhã do dia seguinte, ou seja, 5 de Março, o que se coaduna com a teoria de que a morte do monarca teria sido ocultada entre o dia 5 e 10 de Março, data oficial.

Considerando que o decreto que determina o destino da regência do reino se encontra datado de dia 6 de Março, último acto político do monarca, o mesmo só poderia ser resultado de uma falsificação manipulada.

No seguimento desta suspeita e conhecendo documentação com a assinatura do rei, a mesma fora comparada cientificamente com a assinatura deste último decreto régio.

Após uma cuidada análise grafológica a diferentes assinaturas do rei, reproduzidas pelo monarca ao longo de diferentes etapas da sua vida, confirmou-se o sentido consistente na ordem dos movimentos que recorria para assinar e verifica-se uma total disparidade com a assinatura do decreto de 6 de Março. Mesmo numa situação debilitada, uma assinatura obedece ao sentido da escrita do seu autor, o que não acontece nesta situação, podendo ser resultado de uma falsificação.



Figuras 8.1 e 8.2 – Assinatura de D. João VI. Autor: Nuno Pires.

Todo o conjunto de conclusões reunidas por este trabalho do Núcleo Arqueológico de S. Vicente de Fora, encabeçado pelo Doutor Rodrigues Ferreira, corrobora com elevado grau de certeza a hipótese de envenenamento de D. João VI.

Ficam por estudar, de forma mais aprofundada, os possíveis interessados em tal desfecho do monarca. A primeira suspeita é, de forma quase imediata, a rainha Carlota Joaquina, elemento de constante intriga e conspiração na corte, antes e após a Revolução Liberal. Exilada no Palácio de Queluz, Carlota Joaquina não seria a sucessora e regente óbvia, mas pretendia que os destinos do reino ficassem a cargo de seu filho D. Miguel, o que poderia ser possível apenas com o regresso de D. Pedro IV e com o casamento de sua filha, D. Maria da Glória, com D. Miguel. O decreto de 6 de Março de 1826 de D. João VI instituiu a regência presidida por sua filha, D. Isabel Maria.

Um outro suspeito que não podemos excluir reporta-se ao elemento maçónico: a Maçonaria, com a sua estrutura, não poderia deixar que os fundamentos da Revolução Liberal pudessem ser revertidos com um regresso ao Absolutismo pela influência de D. Mi-

guel. São notas meramente conjecturais a que apenas as fontes históricas poderão dar uma resposta cabal e rigorosa.

6. NOTAS FINAIS

Diz-se, comumente, que uma pessoa morre duas vezes: quando se exala o último suspiro e, uma segunda vez, quando o seu nome é dito pela última vez. O Dr. Rodrigues Ferreira só morreu uma vez. A sua memória, a sua produção e a sua sabedoria estará presente em cada um dos alunos que formou, em cada uma das suas descobertas em prol do conhecimento amplo das Ciências Sociais. Uma das mais importantes descobertas foi objecto desta homenagem, sob a forma de artigo, a do envenenamento de D. João VI.

As dúvidas e incertezas em torno da morte do último monarca absolutista foram, desde logo, notas dominantes nos relatos e testemunhos contemporâneos e o projecto multidisciplinar do Núcleo Arqueológico de S. Vicente de Fora contribuiu, de forma indelével, para o esclarecimento da principal dúvida, a da morte do monarca por envenenamento de arsénico.

Além da escavação arqueologia e da análise toxicológica às amostras recolhidas na capela dos Meninos da Palhavã, que comprovaram níveis de toxicidade letais para um adulto, numa escala proporcional em termos de amostra/quantidade real que estaria presente no organismo. A presença de arsénico nos intestinos, órgão onde não é suposto encontrar-se tais vestígios, bem como a deposição apressada ou descuidada do caixote onde se encontrava o jarro com as vísceras, são outros dos argumentos que nos conduzem à conclusão de que a morte do monarca não foi originada por causas naturais.

Defensor do intercâmbio dinâmico entre as diferentes áreas sociais, e conhecedor da importância das fontes históricas no contexto arqueológico, Rodrigues Ferreira assentou o seu estudo numa cuidadosa análise da assinatura de D. João VI, provando, de forma inequívoca, a sua falsidade no que ao decreto de 6 de Março de 1826 diz respeito.

Muito há ainda a descobrir e investigar neste reinado do último monarca absolutista, mas mais há ainda na divulgação dos estudos que vão revolucionando a historiografia. Os resultados académicos não podem nem devem ficar nas prateleiras ou circular por meia-dúzia de eruditos. Devem chegar a todos, ao cidadão que gosta de conhecer o seu passado e que tem o direito a ter um conhecimento rigoroso, verdadeiro e o mais actualizado possível.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, M. L.; FERREIRA, F. E. R.; NEVES, M. C. M.; CA-SACA, C.; CUNHA, A. S.; MARQUES, J. P.; AMORIM, P.; MARQUES, A. F.; MARQUES, M. I. (2002) – Arsenic detection in nineteenth century Portuguese King post mortem tissues by energy-dispersive x-ray fluorescence spectrometry. *X-Ray Spectrometry*, 31, pp. 305-309.

FERREIRA, F. (coord.) (2008) – *Causas da Morte de D. João VI*. Lisboa: Câmara Municipal.

FERREIRA, F. E. R. (2002) – O cemitério dos Cruzados de São Vicente de Fora. *Monumentos*, 2. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pp. 8-13.

MASCARENHAS, J. F. M. (1826) – *Gazeta de Lisboa*, 60. Lisboa; [s. n.], pp. 271-272.

PEDREIRA, J.; COSTA, F. D. (2009) – *D. João VI, o Clemente*. Lisboa: Temas e Debates.

